

## **O PATRIMÔNIO HISTÓRICO EDIFICADO EM SABARÁ E AS DISSONÂNCIAS NO SEU PROCESSO DE CONSERVAÇÃO.**

Maria Eliza de Campos Souza<sup>i</sup>

### **1- O Patrimônio Histórico Cultural, memória e cidadania.**

O surgimento de debates em torno do patrimônio histórico e cultural e sua proteção esteve vinculado ao processo de construção dos Estados contemporâneos na Europa do século XIX, ávidos por sedimentarem as memórias nacionais que aglutinassem em torno desse projeto referências diversas<sup>ii</sup>. Durante todo o século XIX, afirmaram-se como instituições responsáveis pelas memórias históricas dos países europeus, os museus, os arquivos, institutos de patrimônio histórico e artístico que se responsabilizaram pela construção e guarda dos elementos formadores das identidades nacionais. Frente ao processo de modernização e de mudanças nos espaços urbanos reformados para atender às demandas de um mundo em industrialização, essas instituições deveriam ser responsáveis por questões como a identificação do patrimônio histórico e cultural relevante para a memória dos países e sua preservação tornou-se parte das políticas dos Estados Europeus.

No Brasil, apenas a partir da década de 30 do século XX, as políticas de preservação do patrimônio histórico e cultural integraram projetos do governo. Primeiro através da elaboração de um anteprojeto para criação do instituto preservacionista por Mário de Andrade e em seguida a promulgação do Decreto-Lei nº 25 de 1937, que modificou alguns aspectos do anteprojeto e passou ser a base legal para atuação do PHAN<sup>iii</sup>. Em meio à realidade política brasileira autoritária, as noções de patrimônio e sua preservação estiveram vinculadas a uma proposta de gestão centralizadora. A escolha dos bens e os mecanismos legais para a sua preservação como parte importante da memória histórica da nação aconteceram, inicialmente, sem que

houvesse uma participação direta daquelas comunidades envolvidas com esses espaços através dos diferentes usos culturais presentes em seu cotidiano.

A partir desse período várias cidades brasileiras passaram por processos de tombamento dos bens considerados relevantes para a memória histórica e artística nacional, assim definidos a partir de critérios extemporâneos a uma realidade de usos locais e cotidianos de tais bens. Em Minas Gerais tivemos vários conjuntos arquitetônicos urbanos tombados, especialmente no caso de Sabará em 1938 foram tombados importantes exemplares da arquitetura religiosa colonial: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Capela de Nossa Senhora do O, Igreja da Ordem Terceira do Carmo, Igreja das Mercês, Igreja do Rosário. Tudo indica em princípio que os tombamentos estiveram associados à relevância artística dos bens acima mencionados, possuindo no seu conjunto arquitetônico obras de arte barroca. Embora a comunidade estivesse integrada aos bens através de uma prática religiosa cotidiana, não consta que aspectos culturais vinculados aos usos dos bens tenham sido considerados nos tombamentos. A inserção daqueles espaços em uma categoria especial de bens patrimoniais sob a guarda dos institutos de preservação e sua tutela pelo Estado, refletiu na maioria dos casos um processo em que as comunidades locais pouco participaram. Coube ao Estado naquele momento a implementação de uma política de preservação e gestão do patrimônio histórico cultural de caráter centralizadora, onde o principal instrumento para conservação dos bens era o tombamento dos mesmos e um conjunto de intervenções de caráter técnico, de domínio dos restauradores e outros responsáveis pela formulação de programas de proteção dos bens.

Temos a partir desse processo inaugural do patrimônio no Brasil a elaboração de novos significados e valores atribuídos ao conjunto de bens inscritos nos livros de tomo do Instituto, vinculados à construção de uma memória histórica nacional, que se sobreporiam até mesmo aos usos e valores já existentes através de uma prática social

local<sup>iv</sup>. Nesse caso, a “política do Estado” se desenvolveu sem considerar relevante a ampliação da participação da sociedade nos processos de estabelecimento dos patrimônios nem em sua conservação. O que demonstra uma relação de concordância histórica entre este panorama das políticas culturais e o processo de construção da cidadania no Brasil República, no qual coube ao Estado o papel central para controle dos direitos concedidos, produzindo uma relação de dependência e tutela da sociedade<sup>v</sup>. Historicamente desde a fundação da República brasileira até 1988, tivemos poucos períodos em que a tônica da política do Estado foi efetivamente democrática. Apenas para lembrar as divisões históricas do período, passamos por uma Primeira República Oligárquica que sobreviveu até a década de 1930, a partir de 1937 até 1945 implantou-se o Estado Novo que foi um regime extremamente autoritário, e finalmente a partir de 1964 passamos a viver sob uma ditadura militar, que tratou de liquidar com os avanços que a curta experiência democrática anterior viabilizara, mesmo que sob a tônica do Populismo marcante em fins da década de quarenta e na década de cinquenta, no que diz respeito à mobilização e participação da sociedade. No caso da construção do patrimônio e das políticas de preservação temos a sedimentação de uma realidade de baixa participação das comunidades locais na gestão dos espaços urbanos e particularmente em relação ao patrimônio um processo de distanciamento entre sociedade e os bens tombados.

## **2- A comunidade sabarense e patrimônio edificado tombado: o vínculo possível.**

Em Sabará, cidade mineira que remonta ao período colonial, encontramos importante acervo histórico, arquitetônico e de arte e ornamentação barroca em torno dos quais a comunidade local se desenvolveu do período da fundação da vila aos dias atuais, mantendo vivas algumas das tradições que conferem sentido à permanência

deles no espaço da cidade. Situada às margens de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais, o município de Sabará passou ao longo do século XX por um processo de crescimento urbano que modificou o antigo aspecto de vila colonial e conferiu à cidade características de um espaço em processo de modernização. Algumas fábricas, indústrias e mineradoras foram implantadas em suas periferias contribuindo para acentuar a marcha em direção à “modernização”. Como a cidade não passou por um processo de tombamento de todo o conjunto arquitetônico urbano, como foram os casos de Ouro Preto<sup>vi</sup>, Tiradentes<sup>vii</sup> e outras cidades coloniais mineiras, a descaracterização e destruição dos edifícios coloniais não tombados marcaram sua história no século XX. A opção por tombamentos isolados pode estar associada à proximidade com a capital e a necessidade de se estabelecerem em torno dela algumas possíveis áreas de expansão urbana.

Encontramos em Sabará e nos distritos/ bairros próximos cerca de 62 bens tombados pelos órgãos competentes nos três níveis: no federal (IPHAN), no estadual (IEPHA) e municipal (conselho municipal de Patrimônio cultural e Natural). Exemplos importantes da arquitetura religiosa barroca e da arquitetura civil e política do período colonial, como igrejas e capelas rurais, sobrados que serviram de moradia ou ao funcionamento de antigos órgãos públicos, além de chafarizes, largos e o teatro que são espaços essenciais à sociabilidade dessas comunidades desde os primórdios aos dias atuais.

A preservação dos bens do patrimônio edificado de Sabará, apesar do caráter centralizador que orientou as políticas dos institutos preservacionistas, freqüentemente esteve presente nos debates políticos da cidade e no cotidiano de alguns grupos das comunidades religiosas locais. Constatamos através de levantamentos feitos em documentos do IPHAN, IEPHA e arquivos locais, que a partir da década de 1950 foram recorrentes os pedidos de intervenção nos bens tombados para serem efetuadas reformas e restaurações de elementos artísticos<sup>viii</sup>.

Além de extensa documentação encontrada nos institutos de preservação referente às pastas de cada um dos bens tombados, demonstrarem através dos ofícios trocados entre os representantes de diferentes órgãos políticos os insistentes pedidos de reformas pela comunidade, a partir de 1975 surge a Fundação Casa de Cultura de Sabará que passou atuar como uma entidade representativa da comunidade local junto aos órgãos públicos e institutos no que diz respeito ao patrimônio histórico da cidade. Tudo indica que a Fundação atuou como uma instituição de intermediação entre a comunidade mais ampla da cidade e os poderes públicos nos casos de gestão do espaço urbano em áreas de preservação/restauração de monumentos, problemas relacionados à atividade turística em Sabará. Promovia mutirões de salvamento buscando junto aos sabarenses material, mão-de-obra e recursos para recuperações no Patrimônio edificado e discutiu projetos de formação de guias locais.

Através da análise dessa documentação é possível discutirmos sobre os caminhos ou descaminhos de um processo de conservação da memória histórica e seus usos no âmbito local, como elementos importantes para a construção de uma relação de cidadania das comunidades no interior dos espaços urbanos que ocupam. Uma questão importante a ser discutida é a real participação e representatividade de uma comunidade local ampliada por instituições como a Fundação Casa de Cultura de Sabará, que até o período de 1998 esteve presente na cidade e deixou de existir. Ou seja, o mecanismo de fundação e funcionamento dessas entidades pode ou não contribuir para o estabelecimento de uma participação ampliada e democrática no processo de gestão do espaço urbano. Se os projetos empreendidos assumem uma perspectiva de salvamento ou um caráter de participação/formação passiva da comunidade ampliada, que funciona como doadora em momentos emergenciais e não como um agente efetivo na construção e reconstrução cotidiana do espaço em vive, a tendência para se desarticularem é maior.

A cidade de Sabará hoje apresenta sinais de grande desmobilização e falta de participação efetiva da comunidade, que eventualmente tem contribuído para a descaracterização e depredação dos espaços urbanos aos quais não se vincula afetivamente em função de uma gradual ruptura que se processou. Uma expansão urbana não planejada contribuiu para a criação de uma oposição muito acentuada entre áreas de periferias e o centro da cidade que abriga grande parte o patrimônio Cultural edificado e tombado. Para as comunidades situadas fora do distrito sede novos valores culturais, em relação aos usos possíveis do espaço urbano, vêm se estabelecendo a partir de uma realidade que é própria a sociedade globalizada. Para elas nem sempre os aspectos relacionados a uma forte cultura religiosa que remonta ao período colonial são relevantes. Também os outros espaços memoriais da cidade como o teatro, museus, praças e chafarizes nem sempre despertam interesse uma vez que essas comunidades não estiveram diretamente vinculadas às experiências que ao longo da história da cidade se desenrolaram nos mesmos. Assim os moradores da periferia são acusados como os principais agentes destruidores daquele patrimônio cultural que a comunidades do centro e outros atores sociais buscam manter intocados para possíveis usos econômicos que os beneficiariam de forma direta.

Atualmente, particularmente com a constituição de 1988, novas propostas de gestão dos espaços urbanos foram esboçadas, considerando a partir de então a necessidade de incorporação de novos atores sociais nesses processos e novos mecanismos de participação e mobilização das comunidades locais. São propostas presentes no Estatuto das Cidades e outros documentos produzidos pelos órgãos vinculados ao patrimônio cultural quanto a sua gestão. A possibilidade de resolver alguns dos conflitos que se colocam para a cidade de Sabará depende de projetos que busquem restaurar os laços entre as comunidades do centro e seus espaços memoriais, assim como, criar vínculos culturais efetivos entre o patrimônio histórico e

cultural e essas novas comunidades da periferia promovendo desse modo a inclusão no contexto da cidade ampliada.

---

<sup>i</sup> Professora pesquisadora do Centro Universitário Newton de Paiva Ferreira: coordenadora do Projeto “As políticas de preservação do Patrimônio Histórico e Cultural edificado em Sabará e suas relações com os contextos socioeconômico e territorial.” (Programa de Iniciação científica 2004-2005).

<sup>ii</sup> Sobre o processo de construção dos Estados Nação na Europa, que no século XIX sedimentou um conceito de unidade política para determinados territórios e uma decorrente construção de unidade lingüística, étnica e cultural, ver o texto de **HOBSBAWM**, Eric. *Nações e Nacionalismos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

<sup>iii</sup> Com relação ao anteprojeto e as políticas de preservação do patrimônio formuladas por Mario de Andrade a pedido do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, ver: **SILVA**, Fernando Fernandes. *Mário e o Patrimônio um anteprojeto ainda atual*. In. Revista do Patrimônio, nº 30, 2000. pp. 138-129.

<sup>iv</sup> Sobre a idéia de construção do patrimônio e dos valores por ele gerados, em particular a partir de diferentes noções de políticas adotadas pelo Estado, ver: **FONSECA**, Maria Cecília Lourdes. **O patrimônio em Processo**. Rio de Janeiro: UFRJ: IPHAN, 1997. pp. 49-29.

<sup>v</sup> Sobre o processo de formação da cidadania no Brasil ver: **CARVALHO**, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>vi</sup> Sobre o processo de gestão do Patrimônio cultural em Ouro Preto ver: **SIMÃO**, Maria Cristina Rocha. **Preservação do Patrimônio cultural em cidades**. 1 ed. BH: Autêntica, 2001. 125p.

<sup>vii</sup> Para a cidade de Tiradentes e a relação entre patrimônio e Turismo consultar: **GIOVANNINI**, Oswaldo. *Cidade presépio em tempo de Paixão: turismo e religião: tensão, negociação e inversão na cidade Histórica de Tiradentes*. In. **BANDUCCI Jr., BARRETO**, Margarita(org.) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, Papyrus, 2001.

<sup>viii</sup> Ficha de levantamento do processo de tombamento N° 67-T Inscrição 111, livro de Belas Artes: Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Pedidos da comunidade do município para restauração do telhado e instalação de rede elétrica, retirada de goteiras e vegetação lateral. De 1942 a 1950.